



PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

024. PROVA OBJETIVA

DIRETOR DE CEI

(CÓD. 025)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números **01** e **02**.



(Bill Watterson, "O melhor de Calvin". <https://cultura.estadao.com.br>)

01. As falas de Calvin permitem concluir que

- (A) a escola, ao contrário dos programas, é muito trabalhosa com suas exigências, mas são necessárias.
- (B) ele reconhece os programas de entrevista como espaços limitados para desenvolver a autopromoção.
- (C) o desenvolvimento das habilidades é custoso na escola e ele acredita que será também fora dela.
- (D) a escola o atrai, todavia estar sujeito ao ensino formal é algo que ainda lhe causa medo.
- (E) ele desdenha da possibilidade de desenvolver habilidades por meio da educação formal.

02. Organizando as informações do primeiro e do segundo quadrinho, as ideias estão corretamente expressas quanto ao sentido da tira e à norma-padrão, em:

- (A) Resolvi que não vou mais para a escola porém eu não preciso de estudo.
- (B) Resolvi que não vou mais para a escola, pois eu não preciso de estudo.
- (C) Resolvi que não vou mais para a escola, por que eu não preciso de estudo?
- (D) Resolvi que não vou mais para a escola, ou eu não preciso de estudo!
- (E) Resolvi que não vou mais para a escola: embora eu não preciso de estudo.

Leia o texto para responder às questões de números **03** a **06**.

“Encontrar nossa voz e _____, especialmente em atos de rebelião crítica e resistência, afastando o medo, continua sendo uma das formas mais poderosas de mudar vidas pelo pensamento e práticas feministas”. Nesta coletânea de ensaios, publicada originalmente em 1989 nos Estados Unidos – e que só agora chega aos leitores brasileiros –, bell hooks articula experiências íntimas _____ teorização feminina para incentivar homens e mulheres explorados, colonizados e oprimidos _____ romper silêncios e encontrar uma voz. A fala e a escuta de si, defende hooks, _____ o movimento em direção _____ posição de sujeitos – com isso, uma transformação significativa acontece tanto para o “eu” quanto para a sociedade.

(Cult, junho de 2019. Adaptado)

03. De acordo com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) usá-la ... a ... à ... expressa ... à
- (B) usar-lhe ... a ... a ... expressa ... a
- (C) usar ela ... à ... à ... expressam ... à
- (D) usá-la ... à ... a ... expressam ... à
- (E) usar ela ... a ... a ... expressam ... a

04. No texto, encontrar uma voz significa

- (A) fomentar o medo.
- (B) contestar o estrangeiro.
- (C) lutar por direitos.
- (D) enaltecer a opressão.
- (E) negar a subjetividade.

05. No texto, a frase intercalada – e que só agora chega aos leitores brasileiros – tem a função de
- mostrar que a obra perdeu sua importância por estar ultrapassada.
 - ênfatisar o desinteresse dos brasileiros em relação à coletânea.
 - reforçar a ideia de que a coletânea demorou a chegar ao Brasil.
 - sugerir que se trata de uma coletânea dispensável aos estudos no país.
 - criticar o mercado editorial pela importância dada à coletânea estrangeira.
06. Nas expressões “continua a ser uma das formas mais poderosas **de** mudar vidas”, “publicada originalmente **em** 1989” e “**para** incentivar homens e mulheres”, as preposições destacadas encerram, correta e respectivamente, sentido de:
- causa; tempo; causa.
 - finalidade; modo; causa.
 - causa; modo; finalidade.
 - modo; tempo; consequência.
 - finalidade; tempo; finalidade.

Leia o texto para responder às questões de números 07 e 08.

Entendo que boa parte dos pais que optam por ensinar os filhos em casa está fugindo do confronto com a sociedade, e isso é negativo para todos. É no ambiente de pluralidade que as teses podem ser discutidas e que se aprendem a tolerância e o respeito na arte de divergir. O estágio atual de desenvolvimento científico e tecnológico foi atingido graças a um ambiente de intensas discussões e trocas de informações em nível global. Em nome da liberdade de escolher a melhor forma de ensinar os filhos, perde-se a habilidade, enquanto sociedade, de lidar com as ideias e opiniões dos outros, os que não são de nosso grupo de escolha.

(Simone Hatakeyama, “do leitor”. *Época*, 17.06.2019)

07. O ponto de vista expresso permite concluir que a leitora da revista
- é favorável à educação caseira, argumentando que esta permite preservar a criança dos malefícios do confronto existente na sociedade.
 - é contrária à educação caseira, argumentando que esta retira da criança a possibilidade de conviver com a pluralidade e o diferente.
 - está indecisa em relação à educação caseira, argumentando que as vantagens e as desvantagens impedem uma escolha tranquila.
 - é contrária à educação caseira, argumentando que a escola é um espaço onde a divergência de ideias é pouco explorada.
 - é favorável à educação caseira, argumentando que o estágio atual de desenvolvimento científico e tecnológico é adequado a essa prática.
08. Assinale a alternativa em que o pronome destacado expressa sentido de restrição.
- ... boa parte dos pais **que** optam por ensinar os filhos em casa...
 - ... e isso é negativo para **todos**.
 - ... **se** aprendem a tolerância e o respeito na arte de divergir.
 - ... de lidar com as ideias e opiniões dos **outros**...
 - ... os que não são de **nosso** grupo de escolha.

09. Leia a tira.



(Laerte, “Piratas do Tietê”. *Folha de S.Paulo*, 14.08.2019. Adaptado)

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- Tem ... Prevêem ... prevíamos
- Têm ... Preveem ... prevíamos
- Tem ... Preveem ... prevíamos
- Têm ... Prevêm ... prevíamos
- Tem ... Prevêem ... prevíamos

Leia o texto para responder às questões de números 10 a 15.

Professores do Brasil

Um estudo recente com o mesmo título desta coluna, lançado pela Unesco e pela Fundação Carlos Chagas, traz novas luzes sobre a profissão de professor no país.

Há boas notícias: uma maior diversidade entre os mestres e um número maior de inscritos em cursos de formação inicial. Mas, por trás desses fatos alvissareiros, aparece um desafio.

Na verdade, o aumento nas inscrições não reflete maior prestígio da carreira, afinal só 2,9% dos jovens brasileiros de 15 anos dizem desejar ser docentes da educação básica.

Na publicação, ressalta-se que 46% das matrículas se deram na modalidade de ensino a distância, o que é claramente inadequado para uma profissão que exige intensa conexão com a prática.

Ora, as competências para esse trabalho dificilmente podem ser desenvolvidas em um curso a distância. Seria o mesmo que esperar que um médico aprendesse a operar pacientes em cursos puramente teóricos e online.

Muitos dos cursos oferecidos são por instituições privadas que não produzem pesquisas e contam com currículos dissociados da realidade da escola. Além disso, a oferta de licenciaturas noturnas, com carga horária diminuta, associada a um estágio tão curto quanto ritualístico, enfraquece a possibilidade de aprendizado efetivo.

Sabemos hoje que a qualidade do professor é o fator determinante para assegurar excelência com equidade, o que pode ter impactos não só nos próprios alunos como na melhoria da produtividade, há tanto tempo estagnada, e na diminuição da pobreza e da desigualdade social.

Assim, investir em atratividade da carreira, com salários competitivos e acesso mais seletivo à profissão, aprimorar a formação que professores recebem no ensino superior, vinculando-a com a prática e associando-a aos achados das pesquisas recentes, é não apenas urgente mas também o caminho para a construção de um país mais justo e desenvolvido.

(Claudia Costin, "Professores do Brasil". Em: *Folha de S.Paulo*, 17.05.2019. Adaptado)

10. De acordo com o texto, o aumento de inscrições para os cursos de formação inicial de professores

- (A) decorre da atratividade da carreira, que já conta com salários mais competitivos e formas de acesso mais seletivas à profissão.
- (B) reflete o maior prestígio que a carreira docente vem obtendo nos últimos anos, sendo desejada pela maioria dos jovens brasileiros.
- (C) revela uma situação preocupante, já que houve uma quantidade expressiva de matrículas na modalidade de ensino a distância.
- (D) ocorre graças à possibilidade de se desenvolverem no ambiente virtual competências antes restritas às aulas presenciais.
- (E) sugere que as instituições de ensino a distância têm mudado seu perfil, avançando na produção de pesquisas para conhecer a escola.

11. Considere as passagens:

- Mas, por trás desses fatos **alvissareiros**, aparece um desafio. (2º parágrafo)
- ... e contam com currículos **dissociados** da realidade da escola. (6º parágrafo)
- ... é o fator determinante para assegurar excelência com **equidade**... (7º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos em destaque significam, correta e respectivamente:

- (A) contundentes; relacionados; justiça.
- (B) renovadores; apartados; compromisso.
- (C) auspiciosos; diferenciados; orgulho.
- (D) promissores; distanciados; imparcialidade.
- (E) reveladores; congregados; intencionalidade.

12. Assinale a alternativa em que há termo(s) empregado(s) em linguagem figurada.

- (A) Um estudo recente [...], lançado pela Unesco e pela Fundação Carlos Chagas, traz novas luzes sobre a profissão de professor no país.
- (B) Há boas notícias: uma maior diversidade entre os mestres e um número maior de inscritos em cursos de formação inicial.
- (C) ... afinal só 2,9% dos jovens brasileiros de 15 anos dizem desejar ser docentes da educação básica.
- (D) Na publicação, ressalta-se que 46% das matrículas se deram na modalidade de ensino a distância...
- (E) Ora, as competências para esse trabalho dificilmente podem ser desenvolvidas em um curso a distância.

13. Quanto aos aspectos de regência, está de acordo com a norma-padrão o seguinte enunciado:

- (A) De acordo com o estudo, só 2,9% dos jovens brasileiros de 15 anos dizem aspirar na docência na educação básica.
- (B) Hoje temos certeza que a qualidade do professor é decisiva em assegurar excelência com equidade.
- (C) A modalidade de ensino a distância não é capaz em ofertar de uma profissão que exige intensa conexão sob a prática.
- (D) Para se construir um país mais justo, é urgente dedicar-se à formação dos professores que chegam ao ensino superior.
- (E) Na publicação, enfatizou-se em que 46% das matrículas foram na modalidade de ensino a distância.

14. Assinale a alternativa que está em conformidade com a norma-padrão de pontuação.
- (A) Sabe-se, nos dias de hoje, a importância que tem o investimento em educação: de um lado, impacto nos próprios alunos; de outro, impacto na melhoria da produtividade.
 - (B) Sabe-se nos dias de hoje, a importância, que tem o investimento em educação. De um lado impacto nos próprios alunos; de outro impacto na melhoria da produtividade.
 - (C) Sabe-se, nos dias de hoje a importância que tem, o investimento em educação – de um lado, impacto nos próprios alunos, de outro, impacto na melhoria da produtividade.
 - (D) Sabe-se, nos dias de hoje, a importância, que tem o investimento, em educação! De um lado impacto, nos próprios alunos; de outro impacto, na melhoria da produtividade.
 - (E) Sabe-se nos dias de hoje a importância que, tem o investimento, em educação: de um lado; impacto nos próprios alunos; de outro; impacto na melhoria da produtividade!
15. Considerando-se os aspectos de concordância verbal e colocação pronominal, assinale a alternativa que atende à norma-padrão.
- (A) Se traz boas notícias sobre a profissão de professor no Brasil com o estudo recente lançado pela Unesco e pela Fundação Carlos Chagas.
 - (B) Hoje sabe-se que a qualidade do professor é fator determinante para assegurar excelência com equidade, com a qual podem haver vários impactos sociais.
 - (C) A Unesco e a Fundação Carlos Chagas lançou um estudo com o qual conclui-se que só 2,9% dos jovens brasileiros de 15 anos dizem desejar ser docentes da educação básica.
 - (D) A construção de um país mais justo e desenvolvido exigem que faça-se investimento em atratividade da carreira docente, com salários competitivos.
 - (E) Muitos dos cursos são oferecidos por instituições privadas em que não se produzem pesquisas, além de seus currículos serem dissociados da realidade da escola.
16. De acordo com o artigo 214 da Constituição Federal de 1988, a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que, entre outras, conduzam
- (A) a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades por meio da educação básica, através do apoio ao estudante com a oferta de material didático, uniformes, transporte, alimentação e apoio à saúde.
 - (B) a educação infantil, obrigatória e gratuita, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; à universalização, pelos Municípios, do atendimento às crianças e adolescentes na educação infantil e no ensino fundamental.
 - (C) a universalização do atendimento escolar; a erradicação do analfabetismo; ao estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
 - (D) à universalização do ensino médio e oferta de ensino fundamental e médio noturno regular, segundo a capacidade de cada um; ao desenvolvimento nacional, através da progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino técnico.
 - (E) à valorização dos profissionais da educação, garantidos planos de carreira, com ingresso preferencialmente por concurso público, aos das redes públicas; à gestão democrática em estabelecimentos públicos e privados de ensino.
17. De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 5º, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Sendo que nos termos do artigo 5º da Constituição Federal, “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se
- (A) agir, em espaços públicos, em desacordo com a fé ou convicção professada e recusar-se a cumprir prestação alternativa, definida pela chefia mediata.”
 - (B) deixar de informar o caso à sua chefia e não cumprir a compensação de horário e a prestação alternativa, antes da falta por motivo religioso.”
 - (C) o indivíduo rejeitar-se a cumprir a prestação compensatória determinada e ainda, agir de forma a doutrinar outros sujeitos no seu local de trabalho.”
 - (D) deixar de comprovar de forma documental o exercício da convicção, e recusar-se a cumprir prestação alternativa, informada pela chefia imediata.”
 - (E) as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”

18. Enquanto observava as ações desenvolvidas na secretaria do CEI, o diretor Cleiton presenciou comentários depreciativos e tratamento desrespeitoso por parte de alguns servidores a um munícipe. Conforme o descrito na Constituição Federal de 1988, artigo 37, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios
- (A) de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - (B) éticos, políticos e estéticos.
 - (C) de mérito, honra, celeridade, dissipação, respeito a hierarquia e competência técnica.
 - (D) de cumprimento estrito da legislação, da ética profissional, da urbanidade, da salacidade e da economicidade.
 - (E) do zelo pela administração pública, do acato as ordens, do indecoro e do sigilo.
19. Conforme a Lei Federal nº 8.069/1990, *Estatuto da Criança e do Adolescente*, artigo 15, a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. De acordo com o artigo 17 da referida Lei, o direito ao respeito consiste
- (A) em estar a salvo de qualquer ação de natureza disciplinar ou punitiva e no direito da inclusão em projetos ou serviços de redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências.
 - (B) no direito de ser criado e educado no seio de sua família, assegurada a convivência familiar em ambiente que esteja livre de situação de pobreza e livre de pessoas que possam colocar em risco a sua integridade.
 - (C) em ir, vir, viajar e estar nos logradouros públicos, privados e espaços comunitários, desde que acompanhado por um adulto; de brincar, praticar esportes, divertir-se e expressar-se livremente.
 - (D) na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
 - (E) no direito do menor, quando há suspensão do pátrio poder determinada pelo Conselho Tutelar, de receber acolhimento, tratamento psicológico ou psiquiátrico e encaminhamento a programa de proteção.
20. De acordo com o artigo 70-A da Lei Federal nº 8.069/90, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo, entre outras, como uma das principais ações
- (A) a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente.
 - (B) a aplicação de multa de até trinta salários de referência, sem prejuízo de outras sanções legais, ao médico, professor ou responsável por estabelecimento de ensino fundamental, pré-escola ou creche, que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.
 - (C) a ampla e periódica revisão por meio de consulta pública dos direitos da criança e do adolescente nos meios de comunicação, escolas e instituições que atendem esse público. Divulgação dos direitos humanos em linguagem clara, compreensível e adequada a crianças e adolescentes, especialmente às crianças com idade inferior a cinco anos e às crianças e adolescentes com deficiência.
 - (D) a garantia a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, mediante autorização judicial, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável, exceto na hipótese de condenação por crime contra filho, filha ou outro descendente.
 - (E) o estímulo, pelo poder público e universidades, a pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, carga horária, formas de atendimento, seriação, agrupamentos, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção e permanência de crianças e adolescentes excluídos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

21. Segundo o *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei nº 8.069 de 1990, artigo 53, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes, entre outros, o
- (A) direito ao recenseamento na educação básica, fazendo-lhes a chamada, zelando pela presença e responsabilizando os pais ou responsável pela frequência à escola e pela garantia do direito à educação.
 - (B) acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
 - (C) ingresso em uma escola de qualidade social, que promove a prevenção de contágios de doenças e institui a melhoria, através do poder público, das condições de saneamento nas vizinhanças da creche, pré-escolas ou escolas.
 - (D) acesso a alimentação escolar, com itens diversificados, que respeita a cultura e o desejo alimentar local e que educa crianças e adolescentes para uma dieta saudável; a oferta de água filtrada para consumo na instituição educativa.
 - (E) direito de ser respeitado e protegido pelos dirigentes de estabelecimentos de ensino, que quando esgotadas as demais providências legais, poderão comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos, de reiteração de faltas e de evasão escolar.
22. De acordo com a Lei Federal nº 9.394/96, Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), artigo 3º, o ensino será ministrado com base em alguns princípios, entre esses princípios é correto citar:
- (A) educação escolar obrigatória para bebês, crianças, jovens e adultos com características e modalidades adequadas às suas necessidades; gratuidade do ensino público.
 - (B) universalização do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística; valorização do profissional da educação escolar.
 - (C) consideração com a diversidade étnico-racial; valorização da experiência extra-escolar.
 - (D) definição de quantidades mínimas, por aluno, de insuportáveis dispensáveis ao desenvolvimento do processo de aprendizagem; apreço à tolerância.
 - (E) avaliação na educação infantil, sem o objetivo de promoção; formas alternativas de acesso ao ensino fundamental, independente da escolarização anterior.
23. De acordo com o artigo 4º e inciso 1º da Lei nº 9394/96, LDBN, o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia, entre outras, de educação básica obrigatória e gratuita
- (A) de zero aos dezessete anos, onze meses e vinte e nove dias de idade.
 - (B) dos quatro aos dezessete anos de idade.
 - (C) dos seis aos dezoito anos de idade.
 - (D) a partir da creche na educação infantil e, durante toda educação básica.
 - (E) às crianças até cinco anos de idade, além dos alunos do ensino fundamental e médio, inclusive, para os que não tiveram acesso à escola na idade própria.
24. De acordo a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº 9.394/1996, artigo 31, a educação infantil será organizada de acordo com algumas regras comuns, entre as quais é correto citar
- (A) carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuída por um mínimo de cento e oitenta dias de trabalho educacional;
 - (B) promoção de medidas de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), o sexismo e o racismo.
 - (C) controle de frequência pela instituição de educação infantil, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas.
 - (D) expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.
 - (E) atendimento à criança de, no mínimo, cinco horas diárias para o turno parcial e de oito horas para a jornada integral.
25. Segundo a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*, artigo 18, na organização da Educação Básica devem-se observar as Diretrizes Curriculares Nacionais comuns a todas as suas etapas, modalidades e orientações temáticas, respeitadas as suas especificidades e as dos sujeitos a que se destinam. De acordo com o artigo 19, cada etapa é delimitada por sua finalidade, seus princípios, objetivos e diretrizes educacionais, fundamentando-se na inseparabilidade dos conceitos referenciais: _____, pois esta é uma concepção norteadora do projeto político pedagógico elaborado e executado _____
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto:
- (A) cuidar e educar ... pela comunidade educacional.
 - (B) ensino e aprendizagem ... pelos órgãos colegiados da unidade educacional.
 - (C) habilidades e competências ... pelas equipes docente e gestora.
 - (D) interações e brincadeiras ... pelo Conselho de escola.
 - (E) equidade e igualdade ... pela equipe docente, gestora e discente.

26. A Resolução CNE/CEB nº 04 de 2010, *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*, artigo 22, afirma que a Educação Infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e da comunidade. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 22, as crianças provêm de diferentes e singulares contextos socioculturais, socioeconômicos e étnicos, por isso devem ter a oportunidade de ser acolhidas e respeitadas pela escola e pelos profissionais da educação, com base
- (A) na sua capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores.
 - (B) nos princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade.
 - (C) no fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana, de respeito recíproco e do assistencialismo aos bebês e às crianças.
 - (D) na garantia de aquisição do conhecimento historicamente acumulado, visando preparar a criança para a próxima etapa da educação básica.
 - (E) no direito das crianças de terem acesso, na instituição de educação infantil, a bens culturais e sociais que foram privados no ambiente familiar.
27. O estágio probatório é o período de 3 (três) anos de efetivo exercício do funcionário, a partir de sua investidura no cargo público, mediante habilitação em concurso público e em virtude da nomeação em caráter efetivo. De acordo com o artigo 12, da Lei nº 3.040 de 1993, que disciplina o regime jurídico dos funcionários públicos do município de Birigui, a respeito do estágio probatório é correto afirmar que
- (A) no decorrer do estágio probatório serão apurados, entre outros, os seguintes aspectos acerca da vida funcional do servidor avaliado: apresentação pessoal, assiduidade; hierarquia e disciplina; ineficiência; pontualidade; aptidão e dedicação ao serviço.
 - (B) a última avaliação de desempenho do servidor deverá ser lavrada, impreterivelmente, após o término do estágio probatório, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após o término do estágio probatório do servidor.
 - (C) no decurso do estágio probatório o servidor poderá ser exonerado por apresentar má conduta ou por não ser aprovado em curso obrigatório de formação continuada ou capacitação para o exercício das funções inerentes ao seu cargo.
 - (D) durante o período de estágio probatório, o funcionário será avaliado semestralmente por uma comissão de 03 (três) funcionários estáveis lotados na mesma Unidade Administrativa.
 - (E) a reprovação em duas avaliações de desempenho ou o afastamento do servidor em estágio probatório, de suas atividades, em prazo superior a trinta dias corridos ou interpolados, por qualquer motivo, ainda que justificado, ensejará a adoção do procedimento para exoneração compulsória do servidor em estágio probatório.
28. Ubiratan é funcionário efetivo e se ausentou intencionalmente do serviço por mais de trinta dias consecutivos. Durante o tempo em que ainda estava trabalhando, o funcionário se mostrou desorientado em dias que apresentava forte cheiro de bebida alcoólica. Também se envolveu em confusões com alguns colegas de trabalho, chegando a agredir fisicamente outro servidor. Após instauração de processo administrativo, concluiu-se que Ubiratan incorreu em: abandono do cargo; incontinência pública e embriaguez habitual; ofensa física, em serviço, contra funcionário. De acordo com o artigo 187, da Lei nº 3.040 de 1993, diante da conclusão do processo Ubiratan estará sujeito a pena de:
- (A) advertência.
 - (B) repreensão.
 - (C) suspensão.
 - (D) demissão.
 - (E) disponibilidade.
29. A Lei Complementar nº 32 de 2010, *Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público e dos Profissionais de Apoio Educacional do Município de Birigui* artigo 84, afirma que os integrantes do quadro do magistério e do quadro de apoio educacional, além do dever constante de considerar a relevância social e moral de suas atribuições, manter conduta moral e funcional adequada à dignidade profissional, cumprir as obrigações previstas em outras normas, entre outros, deverão
- (A) apresentar-se ao expediente de trabalho portando o crachá de identificação; fazer pronta comunicação ao seu chefe imediato, do motivo do seu não comparecimento ao serviço; participar integralmente dos períodos dedicados a reunião de pais e eventos escolares.
 - (B) conhecer e acatar as normas e instruções de higiene e segurança no trabalho; atender, no prazo de até vinte e quatro horas, a expedição de documentos requeridas para a defesa do direito e esclarecimento de situações de crianças e adolescentes.
 - (C) participar do Conselho de Escola; comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas tarefas com eficiência, zelo e presteza; zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela reputação da categoria profissional.
 - (D) zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado; comunicar ao seu chefe imediato o registro de sua candidatura a qualquer cargo eletivo; acatar as decisões do Conselho de Escola.
 - (E) comunicar e apresentar, quando em licença médica, em até 48 horas, ao seu chefe imediato, atestado médico da rede pública, em papel timbrado, com registro da Classificação Internacional de Doenças-CID, recomendando os dias de afastamento para tratamento da própria saúde.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

30. A diretora de CEI Jucélia tem observado que uma professora que acumula dois cargos de docente: um cargo no município de Birigui e o outro em município diverso, distante cinquenta e três quilômetros da cidade de Birigui, tem chegado atrasada no CEI. A diretora consultou a Lei Complementar nº 32 de 2010 do município de Birigui, que afirma que a acumulação de cargo ou função-atividade será permitida obedecendo-se a alguns critérios, entre eles o critério do artigo 76, inciso III, que afirma: em municípios diversos com distância superior a cinquenta quilômetros deverá haver

- (A) uma hora e meia de intervalo entre o término da atividade de uma unidade escolar e o início de atividade em outra unidade escolar.
- (B) no mínimo quarenta e cinco minutos de intervalo entre o término da atividade com alunos de uma unidade escolar e o início de atividade com alunos em outra unidade escolar.
- (C) meia hora de intervalo entre o término da atividade de uma unidade escolar e o início de atividade em outra unidade escolar.
- (D) uma hora de intervalo entre o término da atividade de Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo de uma unidade escolar e o início de atividade com aluno em outra unidade escolar.
- (E) uma hora de intervalo entre o início da atividade de uma unidade escolar e o término de atividade em outra unidade escolar.

31. Lucia, professora recém-contratada para uma turma infantil IV, crianças de 4 anos, perguntou à diretora da escola se a atividade planejada a seguir se adequava à faixa etária com que trabalha.

Bingo de nomes em uma lista

As crianças serão divididas em duplas, cada dupla receberá uma cartela com alguns nomes da sala. A professora sorteará um nome e, sem mostrar a tarjeta para as crianças, lerá o nome sorteado. As crianças deverão verificar se o nome sorteado consta na sua cartela, as duplas que encontrarem deverão expor os argumentos que as levaram a identificar o nome sorteado. Em seguida, a professora mostrará a tarjeta para o grupo, destacando as pistas que foram utilizadas para que a dupla o encontrasse.

A professora explicou que procurou compor as cartelas de modo a favorecer a reflexão sobre algumas regularidades da escrita, por exemplo:

MARCELO
MÁRCIA
ARIANE
MARIANE

Após ouvir a proposta, baseada nos estudos de Maria da Graça Azenha, disponíveis em *Construtivismo: de Piaget a Emília Ferreiro*, a diretora acertadamente diz para a professora que

- (A) a atividade é excelente, mas não se adequa ao público indicado, pois a aprendizagem do nome próprio deve ocorrer após a criança adquirir domínio da escrita convencional.
- (B) é uma boa atividade, pois colocará as crianças em situações de aprendizagem nas quais ela utilizará suas elaborações sobre leitura e escrita, mesmo antes de dominar as convenções.
- (C) antes de propor esse jogo, ensine as crianças a desenhar letras e construir palavras com elas, só assim elas conseguirão participar do bingo proposto, provavelmente quando se matricularem no Ensino Fundamental.
- (D) a atividade de bingo é uma ótima atividade, mas não com nomes próprios, já que muitos contêm sílabas complexas; inicie um bingo com sílabas e palavras simples como GATO, CASA, CAMA.
- (E) antes de desenvolver o jogo de bingo com nome de colegas, é preciso que se ensine a cada criança como escrever seu próprio nome, após sistematizar os dos demais colegas, só então proponha um jogo como esse.

- 32.** A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) está organizada, de modo a explicitar as competências que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade, como expressão dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes. De acordo com o referido documento, na Educação Infantil, os objetivos de desenvolvimento e aprendizagens devem ser definidos no âmbito de
- (A) áreas de conhecimento.
 - (B) componentes curriculares.
 - (C) unidades temáticas.
 - (D) campos de experiência.
 - (E) objetos de conhecimento.
- 33.** O conceito de educação integral, expresso na BNCC (Base Nacional Comum Curricular), refere-se a
- (A) linearidade do desenvolvimento do alunado, ou seja, a apresentação dos conteúdos organizados e apresentados em uma sequência lógica.
 - (B) uma visão que privilegia a dimensão afetiva, ou seja, a necessidade de atenção a essa dimensão na relação que estabelece com os educandos em detrimento do desenvolvimento cognitivo.
 - (C) ampliação da jornada educacional diária, garantindo um mínimo de 6 horas diárias, ou 1 200 horas anuais nos 200 dias letivos previstos no calendário de cada unidade educacional.
 - (D) fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento através da apresentação de conteúdos relativamente estanques e conexos.
 - (E) promoção de uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades de seu alunado.
- 34.** O número de crianças por grupo e a razão adulto/criança, tema polêmico entre educadores, encontra, no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, volume 1, uma reflexão sobre o número de crianças por grupo e a proporção de adultos por criança.
- Segundo o documento,
- (A) até os 12 meses, é aconselhável não ter mais de 6 crianças por adulto, sendo necessária uma ajuda nos momentos de maior demanda, como, por exemplo, em situações de alimentação.
 - (B) do primeiro ao segundo ano de vida, aproximadamente, aconselha-se não mais do que 10 crianças para cada adulto, ainda com ajuda em determinados momentos.
 - (C) a partir do momento que as crianças deixam as fraldas até os 3 anos, pode-se organizar grupos de 16 a 18 crianças por adulto.
 - (D) quando as crianças adquirem maior autonomia em relação aos cuidados e interação de forma mais independente com seus pares, entre 3 e 5 anos, é possível pensar em grupos maiores, mas que não ultrapassem 30 crianças por professor.
 - (E) após a retirada das fraldas, as crianças devem ser agrupadas em turmas heterogêneas, isto é, em turma com até 16 crianças de 3, 4 e 5 anos de idade por professor.
- 35.** Marina, professora de uma turma de 4 anos, pergunta à diretora se deve interferir nos jogos e brincadeiras infantis de faz de conta. Para explicitar sua dúvida, a diretora retomou com ela algumas orientações do volume 2 do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.
- Uma delas é a de que
- (A) a intervenção docente em brincadeiras de faz de conta tira a espontaneidade da situação; em ocasiões como essa só observe.
 - (B) crianças não nascem sabendo brincar; é papel do professor intervir, ensinando-as a brincar de faz de conta, de acordo com as regras estabelecidas.
 - (C) nas brincadeiras e jogos espontâneos evitem a conversa que só deve ocorrer durante as atividades mais sistematizadas, tal como a realização de uma colagem, de um desenho, ou leitura de um livro.
 - (D) a supervisão, zelando pela segurança das crianças e impedindo brigas entre elas, deve ser o foco de atenção nos momentos em que brincam de faz de conta.
 - (E) a organização do espaço é um procedimento recomendado para que as crianças disponham de várias alternativas de ação e de parceiros.

36. Claudia, professora do berçário, organizou na rotina de sua turma momentos de leitura de histórias. De acordo com o volume 3 do Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, a professora
- (A) organizou uma atividade inadequada para a faixa etária; na Educação Infantil, leitura de histórias são indicadas para alunos maiores, de 4 a 5 anos.
 - (B) deverá, ao efetuar a leitura de histórias, utilizar uma fala infantilizada, imitando o jeito da criança de falar.
 - (C) deveria privilegiar o manuseio dos livros e materiais escritos em detrimento da leitura de histórias, que as crianças não compreendem ainda.
 - (D) buscou desenvolver nas crianças a capacidade de interessar-se pela leitura de histórias.
 - (E) deverá, após a leitura de histórias, levar os alunos a interessar-se por escrever palavras e textos, ainda que de forma não convencional, a respeito das histórias contadas.
37. De acordo com Álvaro Chrispino, em *Gestão do conflito escolar*: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação, o conflito escolar
- (A) é um mal, quando ocorre é sinônimo de péssimas relações escolares.
 - (B) ensina a ver o mundo pela perspectiva do outro.
 - (C) precisa ser evitado, para tanto, é necessário suprimir os fatos que o acarretam.
 - (D) ocorre quando se reconhece a ameaça das diferenças.
 - (E) atenta contra a ordem vigente e é fruto de processos autoritários.
38. Em *O construtivismo na sala de aula*, Javier Onrubia (in: COLL, 1999) apresenta a ideia de que numa concepção construtivista de aprendizagem, uma atuação externa para que o ensino ocorra é entendida como
- (A) responsabilidade social da escola, pois somente através do ensino escolarizado a atividade mental construtiva do ensino se efetiva.
 - (B) um processo ativo de aprendizagem que ocorre de forma espontânea, pois as crianças têm uma capacidade de aprendizagem inata.
 - (C) incentivos como elogios frente a toda colocação da criança ao se deparar com um conteúdo de ensino com conhecimentos novos que ela não conhece, não realiza e não domina.
 - (D) ajuda, levando em conta os conteúdos curriculares previstos para o ano/ciclo em que o aluno está matriculado, tomando como ponto de partida as unidades básicas dos mesmos.
 - (E) necessária, pois sem ajuda ao processo de aprendizagem, é altamente improvável que os alunos cheguem a aprender de maneira significativa.
39. Uma diretora de CEI “contornou” certos preceitos legais que impediam (ou dificultavam) a tomada de decisão em domínios considerados estrategicamente importantes para realizar determinados objetivos da escola, ou seja, para viabilizar uso de área de lazer pelas crianças. Contratou serviço de drenagem para o parque e de substituição de vidros quebrados com verba de custeio destinada à aquisição de material pedagógico e de limpeza. A tomada de decisão da gestora, pode ser classificada de acordo com Naura Ferreira, em *Gestão democrática da educação*: atuais tendência, novos desafios, como uma ação de
- (A) heteronomia.
 - (B) anomia.
 - (C) autonomia clandestina.
 - (D) autonomia organizacional.
 - (E) gestão educacional.
40. No primeiro artigo do livro *A importância do ato de ler*, Paulo Freire discorre sobre a compreensão crítica do ato de ler. Considerando as contribuições de Paulo Freire, pode-se afirmar que a atuação do professor de jovens e adultos deve ocorrer
- (A) estimulando a criação ou montagem pelo alfabetizando da expressão escrita da expressão oral.
 - (B) insistindo para que leiam, num semestre, muitos capítulos e livros vindo do universo vocabular dos grupos populares.
 - (C) organizando relações bibliográficas, indicando em torno de quais páginas ou capítulos devem ser lidos.
 - (D) indicando aos alunos a quantidade mínima e máxima de páginas a serem redigidas num trabalho acadêmico.
 - (E) demonstrando que a leitura da palavra precede sempre a leitura do mundo.

41. Necessários à prática do educador, os relatórios de avaliação (boletins ou fichas descritivas) fazem parte da função docente. Para Hoffman, em *Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*, ao elaborar tais procedimentos, é preciso levar em conta que
- (A) a compreensão progressiva do aluno ao construir seu conhecimento, para tanto a adoção de boletins subdivididos em disciplinas (português, matemática, artes, etc) proporcionam, através da média aritmética, identificar os resultados alcançados.
 - (B) a avaliação como resultado do processo final do conhecimento, por meio de fichas descritivas elaboradas ao final do ano devem demonstrar os caminhos que cada aluno desenvolveu no decorrer do período letivo.
 - (C) a reflexão crítica da professora deve se dar a partir da memória do processo e dos registros da avaliação.
 - (D) relatos de trabalho explicitam o planejamento futuro das ações, pois ao serem encaminhados às famílias demonstram a visão dialética do conhecimento ao apontar as verdades já identificadas.
 - (E) registros significativos de avaliação são construídos pelo professor ao final do processo, cuja forma final deve ser apenas uma síntese das aprendizagens consolidadas.
42. No Projeto Político-Pedagógico de uma CEI de Birigui consta que, anualmente, as turmas do infantil V desenvolverão estudos sobre animais da fazenda. A partir do tema definido, as professoras apresentam o material para estudo e decidem a sequência e as relações entre as diferentes fontes de informação que o aluno pode estabelecer.
- Para Hernandez e Ventura, esse formato de organização metodológica é denominado
- (A) projeto de trabalho.
 - (B) currículo temático.
 - (C) circuito de estudo.
 - (D) centro de interesse.
 - (E) sequência didática.
43. Faz parte da elaboração do Projeto Político-Pedagógico de uma unidade escolar atender às principais etapas deste documento: Diagnóstico (o que temos); Identidade (o que queremos) e Execução (o que faremos). Em *Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível* (in: VEIGA, 2000), Elza Falkembach sugere que na elaboração de um diagnóstico participativo leve-se em consideração
- (A) o uso de estratégia metódica para identificação dos problemas e recursos que serão objeto de ação no decorrer do ano letivo.
 - (B) a organização dos problemas em núcleos problemáticos que deverão, na medida do possível, ser subdivididos separando seus elementos em porções visíveis da fração do social.
 - (C) que ele servirá como instrumento com capacidade de controlar as atividades a serem realizadas, sendo, portanto, considerado fator crítico.
 - (D) o tempo de sua produção, que deverá ser concluído antes da elaboração das etapas de identidade e execução dando subsídios a elas.
 - (E) o reconhecimento dos problemas e recursos com base em representações que os diversos sujeitos que o diagnóstico aglutina constroem sobre estes problemas e recursos.
44. Em “Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), as educadoras Clarice e Emília trocam cartas em que refletem sobre como tratar as questões polêmicas e de cunho mais geral.
- Sobre o tema, a dica dada por Emília para essas situações é:
- (A) ambas devem ser sempre retomadas em outras reuniões, como HTPC, Conselho de Classe, Conselho de Escola, Planejamento e Replanejamento.
 - (B) questões polêmicas devem ser tratadas estritamente entre os envolvidos, e as de cunho mais geral nos momentos coletivos.
 - (C) questões polêmicas devem ser evitadas, momentos coletivos são destinados às formações, e questões gerais devem vir por comunicados.
 - (D) registrar as questões polêmicas e emitir documento com orientações para situações semelhantes de maneira a generalizá-las.
 - (E) os horários de HTPC destinam-se à formação e ao planejamento docente, não sendo esse espaço destinado a questões polêmicas ou gerais.

45. Maria Alice é uma professora experiente, ministra aulas na creche há mais de 23 anos. Para Francisco Imbrenón, em *Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*, a formação da professora deve
- (A) estar focada principalmente na oferta de novos conhecimentos científicos para que ela possa atuar na formação de novos docentes.
 - (B) ser composta da atualização prática: científica, pedagógica e cultural, pois já domina a teoria educativa necessária à prática docente.
 - (C) ser permanente, através de processos de pesquisas individuais para o desenvolvimento da organização do planejamento da sua turma, assim evitará propagar e ministrar aulas com conteúdo e metodologias desatualizados.
 - (D) ocorrer a partir das situações problemáticas do cotidiano, situações instrumentais, que quando elaboradas coletivamente amparam seu desempenho e poderão, invariavelmente, ser reaplicadas em diversas situações.
 - (E) se desenvolver através de processos de pesquisa colaborativa para o desenvolvimento da organização, das pessoas e da comunidade educativa que a envolve.
46. “A avaliação educacional em larga escala faz parte das políticas que vêm sendo desenvolvidas em vários países, desde os anos 80 do século XX, por meio de testes estandarizados, com ênfase nos resultados ou produtos educacionais.”
- De acordo com Libâneo, é correto afirmar que a avaliação educacional em larga escala adotada no Brasil
- (A) tem como objetivo avaliar e medir os projetos educativos específicos de cada unidade escolar.
 - (B) utiliza instrumentos que visam, especificamente, à realização de avaliações formativas.
 - (C) enfatiza a medição do desempenho escolar por meio de testes padronizados, o que os vincula a uma concepção objetivista de avaliação.
 - (D) como a Prova Brasil e SAEB pauta-se em critérios quantitativos e leva em conta os fatores sociais, culturais e econômicos do alunado.
 - (E) apoia-se em diretrizes e parâmetros que induzem e apoiam um processo de autoavaliação das escolas, levando em conta dimensões mais amplas.
47. Ao utilizar a metáfora do *iceberg* para representar o caráter subjacente da cultura, Heloisa Luck afirma que
- (A) valores e objetivos declarados, estratégias, discursos, estrutura organizacional, processos, gestão e liderança fazem parte dos aspectos invisíveis do *iceberg*.
 - (B) a cultura, parte visível do *iceberg*, tem seus elementos facilmente observados por um gestor atento a sua realidade.
 - (C) tecnologia, autoridade formal, políticas e procedimentos, uso de recursos, níveis de satisfação fazem parte dos aspectos invisíveis do *iceberg*.
 - (D) um olhar inquisitivo, logo abaixo da superfície, na área ainda transparente do *iceberg*, desvela os comportamentos, ações e reações expressos na escola.
 - (E) *icebergs*, imóveis e imutáveis, são como a cultura organizacional invisível para os que estão fora da escola e também para os que a constituem.
48. Saber explicitar suas próprias práticas; estabelecer seu próprio balanço de competências, envolver-se em tarefas em escala de uma ordem de ensino ou de um sistema educativo fazem parte de ações, denominadas por Phillippe Perrenoud, da competência para ensinar.
- De acordo com o autor, o trecho refere-se à competência:
- (A) enfrentar os deveres e dilemas éticos da profissão.
 - (B) participar da administração da escola.
 - (C) trabalhar em equipe.
 - (D) administrar sua própria formação contínua.
 - (E) conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação.
49. Em *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, Edgar Morin dedica um capítulo inteiro a ensinar a compreensão. Para o autor, crucial aos humanos e uma das finalidades da educação do futuro, a ética da compreensão envolve
- (A) a posse de uma ideia, uma fé, que dá a convicção absoluta da verdade.
 - (B) afrouxamento da disciplina e das obrigações.
 - (C) compreender a incompreensão.
 - (D) reduzir o conhecimento do complexo a um de seus elementos.
 - (E) compreender o outro objetivamente, eliminando os aspectos subjetivos.

50. Paro leva-nos à concluir que a especificidade da Administração Escolar só pode dar-se pela _____ à administração escolar capitalista, pois, em termos políticos, o que possa haver de próprio, de específico, numa Administração Escolar voltada para a transformação social, tem de ser necessariamente _____ ao modo de administrar da empresa.

Assinale a alternativa que dá sentido correto às ideias de Vitor Paro, expressas ao longo do livro *Administração Escolar*: uma introdução crítica.

- (A) crítica ... similar
- (B) oposição ... antagônica
- (C) aproximação ... concorrente
- (D) consonância ... oponente
- (E) divergência ... aliada

51. No diálogo travado por Vitor Paro e a diretora Lourdes, em *Diretor Escolar*: Educador ou Gerente, sugere-se que um dos caminhos para maior democratização da escola pública é

- (A) adotar os mesmos princípios e métodos utilizados pela gestão empresarial, que têm objetivos similares aos escolares e, portanto, benéficos à educação.
- (B) instituir um sistema de pais (ou mães) de referência, que entram em contato com os demais quando necessário, auxiliando a direção no controle e acompanhamento das atividades.
- (C) adotar o conceito de equipe gestora que permite que todos desempenhem as funções acadêmicas e burocráticas, dividindo tarefas e dando ao diretor escolar maior tempo para atuação pedagógica.
- (D) adotar medidas como as *accountabilities*, via testes de larga escala, ranqueamento das escolas, afirmando os seus resultados do IDEB no portão, com adoção de bônus para quem apresentar melhores resultados.
- (E) aumentar agilidade da equipe da Secretaria de Educação, que deve ser a quem cabe a função de responsabilização dos trabalhadores da escola, em punir qualquer desmando ou abuso de professores e funcionários.

52. Em reunião de revisão dos princípios estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico de uma CEI, uma professora apontou a necessidade de rever o item que tratava da dimensão política, pois, de acordo com ela, essa é uma posição individual e que não cabe à escola discutir política. No debate estimulado, a partir da fala da professora, a diretora da escola fez uma intervenção retomando as ideias de Terezinha Rios em *Ética e competência*, para quem

- (A) ao definir a visão de mundo, de sociedade, os gestores, professores e profissionais da escola desejam para as crianças uma determinada opção política partidária, a escola faz suas escolhas que deverão ser seguidas pelos alunos.
- (B) cabe ao professor deter o domínio técnico de sua prática, isto é, o domínio dos conteúdos, técnicas, estratégias que permitam que “dê conta do seu recado”; a dimensão política será estabelecida pela relação do aluno com seu círculo social e familiar.
- (C) desvincular os aspectos técnicos e políticos da atuação do educador reflete a sua postura ética e moral e da instituição escolar, determinando a direção que será dada ao saber escolar na sociedade.
- (D) a competência técnico-política, de caráter dialético, faz parte de uma visão romântica de educação comprometida; uma concepção técnico-pedagógica e apolítica é a que detêm os meios necessários para uma educação de qualidade.
- (E) o sentido político da prática docente se dá pela mediação da competência técnica, condição necessária, embora não suficiente, para plena realização desse mesmo sentido político, da prática docente para o professor.

53. A ausência de espaços de lazer na maioria das cidades leva muitos jovens e adultos a ocuparem quadras de escolas públicas aos finais de semana. Numa CEI do município de Birigui, um grupo de homens jovens procurou a direção da escola solicitando autorização de uso da quadra aos finais de semana. Heloísa Szymanski, em *Encontros e desencontros na relação família-escola*, sugere que numa situação como essa, a direção

- (A) esclareça que em instituições de educação infantil tal cessão não é adequada, pois o uso da quadra por jovens ou adultos pode danificar o piso.
- (B) autorize, desde que possua funcionário para acompanhar a atividade no final de semana e efetuar a limpeza após o uso.
- (C) explique que a escola não tem atribuição de criar espaços de lazer no território, sugerindo e se dispondo a auxiliá-los numa parceria com um abaixo-assinado destinado ao órgão competente.
- (D) atenda à solicitação, permitindo o uso das quadras durante os fins de semana, desde que se responsabilizassem pelo cuidado com as dependências da escola.
- (E) demonstre que os familiares das crianças pequenas, matriculadas no estabelecimento, são contra o uso de espaço por jovens e adultos que acabariam urinando nos espaços escolares e/ou sujando os banheiros das crianças.

54. Uma inovação apresentada por Elinor Goldschmied, em *Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche*, refere-se ao sistema de educadora referência, que, segundo a autora,
- (A) delega a educadora referência a responsabilidade pelo estímulo e desenvolvimento dos aspectos cognitivos de seu grupo, enquanto o conforto e alimentação são ações destinadas a outras funcionárias.
 - (B) permite que uma educadora referência, durante uma parte do tempo, preferencialmente entre o final da manhã e horário de almoço, dedique-se a um subgrupo específico de crianças.
 - (C) garante que as crianças sob sua responsabilidade sejam tratadas igualmente, de forma equânime, garantindo o envolvimento significativo e linear de todas elas.
 - (D) favorece a autoconfiança infantil tornando-as independentes mais precocemente, dispensando o apoio do adulto no seu processo de aprendizagem.
 - (E) ao adotar a compaixão e a afeição pela criança, faz com que ela se identifique com a educadora referência que reproduz os papéis de pai e mãe, especialmente, para aquelas cujos genitores são “inadequados”.
55. De acordo com Edda Bomtempo (in: KISHIMOTO, 1996): “Dentro de uma mesma cultura, crianças brincam com temas comuns: educação, relações familiares e vários papéis que representem as pessoas que integram essa cultura. Os temas, em geral, representam o ambiente das crianças e aparecem no contexto da vida diária. Quando o contexto muda, as brincadeiras também mudam.”
- Pode-se afirmar, então, que
- (A) os brinquedos colocados ao alcance das crianças são os responsáveis pela formação cultural de uma dada sociedade.
 - (B) toda cultura cria brinquedos industriais para ensinar suas crianças a preservar os valores por ela cultivados.
 - (C) o ambiente é a condição para a brincadeira e, por conseguinte, ele a condiciona.
 - (D) a brincadeira é um meio de se apropriar do mundo real, projetando a criança num universo existente.
 - (E) quando uma criança brinca solitariamente, ela não dispõe de mecanismos calcados num contexto social.
56. Delfina Vilela (in: ALVES, 2004) apresenta as contribuições de Veiga para compreender os movimentos de construção do projeto político-pedagógico. Segundo a autora, esse movimento é marcado por três atos bem distintos. Um deles é descrever a realidade na qual desenvolvemos nossa ação, que implica no desvelamento da realidade sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional.
- A ação descrita no trecho acima se refere ao ato
- (A) situacional.
 - (B) analítico.
 - (C) conceitual.
 - (D) operacional.
 - (E) pedagógico.
57. Em *A organização do currículo por projetos de trabalho*, Hernández e Ventura apresentam o trabalho desenvolvido na Escola Pompeu Fabra, em Barcelona.
- Para os autores, a experiência descrita no livro
- (A) deve ser considerada a partir da própria singularidade, estabelecendo-se pontos de conexão e novas possibilidades de trabalho a partir das referências comuns.
 - (B) é generalizável e se aplica em qualquer situação de educação escolar; suas reflexões práticas e teóricas podem ser facilmente reproduzidas em diferentes instituições escolares.
 - (C) permite que se compare com as histórias e circunstâncias, reaplicando-as em outras realidades educativas.
 - (D) é singular, portanto, pode-se afirmá-la como única; comunicá-la é uma forma de registrar os acontecimentos vivenciados.
 - (E) transmite o sentido idiossincrásico do ensinar e aprender, equiparando o que acontece no experimento com o que pode ocorrer em outro.

58. O movimento de democratização e qualificação da educação é um amplo e complexo processo, que tem como meta a mudança da prática em sala de aula e na escola. Neste, a equipe diretiva tem um importante papel, dada sua influência na criação de um clima educacional. Em *Coordenação do Trabalho Pedagógico*, Celso Vasconcellos discorre sobre o quanto é fundamental o trabalho do diretor enquanto fator institucional. O autor afirma que uma importante forma de atuação do diretor é por meio da
- (A) presença em todos os processos e etapas (da implantação até a conclusão) das propostas de trabalho da escola.
 - (B) convivência harmônica com todos os professores, funcionários e pais, evitando conflitos.
 - (C) garantia da presença de todos os professores nos encontros formativos, providenciando convocações e listas de presença.
 - (D) participação constante nas reuniões pedagógicas semanais.
 - (E) organização (em conjunto com o coordenador pedagógico) de avaliações dos professores junto aos alunos.
59. Em *A escola como organização aprendente*, Fullan e Hargreaves oferecem aos diretores orientações sobre sua atuação frente à cultura escolar, que poderão auxiliá-los a assumir a responsabilidade pelas reformas, dentre elas, a de
- (A) promover mudanças que alterem a cultura escolar, pois novas tradições dão a escola e seus docentes satisfação e senso de pertencimento.
 - (B) assumir a responsabilidade pelo controle de todas as decisões como forma de assegurar aos professores melhores condições de trabalho.
 - (C) desejar dividir o controle, mostrar suas vulnerabilidades e buscar formas de envolver o professor mais reticente ou os opositores.
 - (D) valorizar os professores mais competentes da escola, dando aos mesmos reconhecimento por sua sabedoria e especialização, e aos demais, um bom modelo a ser seguido.
 - (E) atuar como líder que delinea estratégias específicas de modelador da cultura, demonstrando para “sua escola” e “seus professores” que sua visão é aberta.
60. Miguel Zabalza, em *Qualidade em Educação Infantil*, destaca que a rotina nas instituições educacionais para os pequenos deve
- (A) manter seu aspecto sintático (a organização das atividades), desprezando outras dimensões como a ordem, o cumprimento dos compromissos e a relação criança-adulto.
 - (B) ser previsível, mantendo uma estrutura e um tempo coerentes, que devem se repetir sistematicamente.
 - (C) evitar informar previamente que o tempo destinado para uma atividade vai se esgotar, avisando sobre a transição de atividades somente quando o tempo da atividade anterior se esgotar.
 - (D) manter tempo de duração de cada atividade inalterado, pois crianças pequenas têm dificuldade em assimilar mudanças.
 - (E) ter sua sequência (ordem) diariamente alterada para que a sequência das atividades não seja decorada pelas crianças, perdendo assim o estímulo da descoberta.

